



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 09/2016

----- Aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador João António Lopes Candoso por se encontrar em deslocação oficial em representação do Centro de Negócios de Rio Maior. Justificou também a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais, procedendo-se à sua substituição.-----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o período antes da ordem do dia a Senhora Presidente deixou à consideração do Executivo a antecipação da segunda reunião de Câmara do mês de maio, que seria no dia 27 de maio, para o dia 23, assim como a realização da primeira reunião do mês de junho que coincide com o feriado Nacional de 10 de junho, no dia 13. Após confirmação de todos os membros do executivo a segunda reunião do mês de maio ficou agendada para o dia 23 de maio, pelas 15 horas e a primeira reunião do mês de junho ficou agendada para o dia 13 de junho, pelas 10 horas.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 8/2016 referente à reunião ordinária de 22 de abril. -----

----- Aprovada a ata n.º 8/2016 por unanimidade dos presentes com direito de voto (5 votos a favor), não participando na votação, por não ter estado presente na reunião em causa, a Vereadora Célia Maria do Rosário Bento Flores. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: seiscentos e dois mil, setecentos e vinte e quatro euros e trinta e dois cêntimos.-----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e seis euros e noventa e um cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS – ANMP – DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO** -----

----- **RECEVIN – REDE EUROPEIA DE CIDADES DO VINHO – CARTA DIRIGIDA AOS ASSOCIADOS** -----

----- **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHAS DO SAL – CURSO DE ENSINO ARTICULADO DE MÚSICA 2015/2016 – RELATÓRIO DO 2º PERÍODO** -----

----- **APRECIÇÃO PÚBLICA DO PEDU** -----

----- **POSTO DE TURISMO DAS SALINAS – TOTAL DE PESSOAS RECEBIDAS – MÊS DE ABRIL --**

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento da intervenção que está a ser feita pelas Estradas de Portugal, no nó de Asseiceira e citou o email enviado pelas Infraestruturas de Portugal - “Devido à instabilidade de um talude de escavação na proximidade do ramo de ligação do nó do IC2 à antiga EN1, agravada pelas chuvas intensas dos últimos dias, procedemos, por razões de segurança, ao corte da circulação nesta ligação. O acesso à cidade de Rio Maior, a partir do IC2, será efetuado pelo nó de Asseiceira, para percursos no sentido Alcoente /Rio Maior, e pelo nó do Alto da Serra, para percursos Leiria/Rio Maior. Solicitamos a melhor compreensão pelos incómodos e inconvenientes que esta situação provoca, na certeza de estarmos a contribuir para a melhoria das condições de segurança da infraestrutura e fundamentalmente dos seus utilizadores” e aditou que ainda não há a definição do prazo para a estabilização e conclusão dos trabalhos.-----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre os assuntos para conhecimento referiu-se ao corte do nó de acesso ao IC2, em Asseiceira, provocado por um aluimento de terras, questionando se o areeiro ali existente está licenciado, pois gostaria de saber quais as responsabilidades da

autarquia e que tipo de pressão poderá esta exercer na tentativa de resolução desta questão.-----

----- Quanto ao “Rio Maior florido” congratulou-se com a iniciativa que deu uma nota de cor às ruas que ficaram muito bonitas e que movimentaram comerciantes, IPSS's, escolas e população em geral, tornando-se uma “onda” de cor que deve ser preservada, sendo mais uma iniciativa, entre muitas, que este Executivo tem levado a cabo com êxito, estando de parabéns.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dar conhecimento que o PCP, de acordo com o compromisso assumido com o eleitorado, entregou na Assembleia da República, o projeto-lei para reposição das freguesias, tendo um cariz automático, caso seja aprovado, as freguesias que assim o entenderem serão repostas de acordo com a sua organização territorial e democrática. Assim, a CDU e o PCP vão iniciar contactos com os órgãos locais, na perspetiva, caso seja essa a vontade do povo e das instituições que o representam e Rio Maior terá oportunidade de manifestar a sua opinião sobre o que considera melhor para as freguesias do concelho de Rio Maior.-----

----- Seguidamente reportou-se ao corte do nó de acesso ao IC2 e consequentemente ao desvio do trânsito para dentro da localidade de Asseiceira, opinando que se deve refletir sobre a problemática da exploração dos inertes no concelho de Rio Maior, não só as sílicas, salientando a ligeireza com que se chama a areeiros, buracos problema este já com longos anos, pois o buraco de onde se tiram areias no IC2, entre a freguesia de Asseiceira e de Rio Maior, é um areeiro sendo previsível que isto acontecesse dado o desrespeito da pessoa que estava na exploração, uma vez que entrou na cêrcea das Estradas de Portugal, não respeitando a área de segurança, apesar das multas, pois existem taludes acima de trinta metros, colocando em risco a segurança rodoviária e não só. Assim, na sua opinião, não se podia continuar a ser tão tolerante, pois considerando “as zonas de sombra” entre a responsabilidade da autarquia, da Direção-Geral da Economia e de outros, consequentemente, não serão os que ficam com as mais-valias, que pagam os custos, mas sim os contribuintes e os utentes, por erro daqueles, e ainda com a agravante de que as sílicas são o ouro de Rio Maior, verificando-se um jogo de interesses de tal ordem, que levam ao desrespeito pela lei, frisando que as entidades competentes têm de exercer o seu poder, pois se não estão legalizados, não podem explorar.-----

----- Ainda sobre esta matéria solicitou à Câmara Municipal que a fiscalização por parte da GNR, controle a velocidade com que os veículos circulam dentro da freguesia de Asseiceira, na EN1, colocando em risco a segurança das pessoas e nessa

perspetiva, disse que seria bom dar cumprimento ao projeto de trânsito que a Câmara tem para Asseiceira, com a colocação de duas passadeiras elevadas de forma a ter efeito dissuasor e preventivo, já que não se pode proibir a passagem do trânsito pesado dentro da localidade. “Cumprir, fazer cumprir e exigir às autoridades” uma outra atitude, tanto mais que, quando foi feita a desclassificação da EN1, o município recebeu cerca de setecentos e cinquenta mil euros para a conservar durante vinte anos, em mil novecentos e noventa e oito, sendo portanto da responsabilidade da Câmara Municipal de Rio Maior, o que significa que a atenção preventiva e não remediativa, por parte do município, deve ter um aspeto relevante, para no caso de acontecer alguma desgracia, não ser a autarquia responsabilizada por tal.-----

----- Finalizou este assunto referindo que o Ministério, as Infraestruturas de Portugal e a autarquia saibam potenciar este “acidente”, para finalmente, ao fim de trinta anos se abrir o nó do IC2 em Vale de Óbidos, sendo o momento ideal para o Governo responder e dizer para quando prevê a abertura do nó de ligação ao IP6 e ao contrário do que a tabuleta diz, Rio Maior ficaria a quatro Kms, se essas duas “portas” fossem abertas, sendo um direito que o concelho tem, ou seja o acesso que estava prometido para o IP6.-----

----- Por último informou que o PCP vai colocar na agenda dos assuntos para Rio Maior, sugerir à Câmara Municipal, a possibilidade das instituições, coletividades e associações ou clubes, poderem beneficiar da isenção do IMI, considerando a sobrecarga que este representa sobre as coletividades, referindo ainda que do levantamento que estão a fazer, era encontrar, enquadrado no regulamento, a possibilidade destas no futuro, terem isenção, total ou parcialmente deste custo.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Iniciou a intervenção reportando-se à posição tomado pelo Conselho Diretivo da ANMP sobre a responsabilidade do Presidente e dos Vereadores na Conta de Gerência, opinando ser esta a posição correta e opinou que a Câmara Municipal de Rio Maior deve tomar posição, no sentido de apoiar a Associação na defesa desta posição e subscrever a carta a enviar à Administração Central, dado não se compreender o tipo de responsabilidade que é imputada aos autarcas na elaboração da Conta de Gerência, quando este é, essencialmente, um documento técnico, de rigor e que todo o Executivo, independentemente das funções exercidas, consta na relação de responsáveis que a legislação lhe imputa, que no seu entender, é abusiva.-

----- Referiu também a relação que deve haver no que concerne às responsabilidades no Ordenamento do Território, entre a Administração Central e os Municípios, assunto a tratar também em sede da ANMP, nomeadamente no que respeita aos areeiros

ilegais, o que só acontece porque de facto essa competência não está devidamente definida e à margem dessa indefinição, surgem os oportunistas que criam problemas, que depois são pagos por todos. Disse ainda que todos conhecem “os atores”, os quais não atuam só num cenário, e já se conhecem vários em Rio Maior, opinando que o conhecimento que já têm destas situações deve servir para, junto da Administração Central, com os exemplos existentes, tentar que seja tomada uma posição clara das competências de cada entidade, tanto mais que segundo parece, o Governo está disponível para rever o quadro das atribuições e competências das autarquias, tornando-se urgente haver muita clareza sobre esta matéria.-----

----- Para terminar felicitou a Câmara Municipal e todos os participantes pela feliz iniciativa do “Rio Maior florido”, opinando que deve uma atividade a manter no futuro e que se deve sempre tentar melhorar.-----

----- Também uma palavra de apreço pela forma como decorreram as comemorações do 25 de Abril, pois o facto da sessão solene ter sido na rua foi inovador, sendo um esforço que teve compensação pela maior participação dos riomaiorenses e, independentemente das dificuldades existentes, estas comemorações pelo que representam para a democracia e para o Poder Local, no que concerne à sessão solene, devem ser objeto de um pouco mais de investimento no palco, melhorando também as condições para todos os participantes, porque o local foi bem escolhido, dado a representatividade do 25 de Abril na democracia, dando assim uma maior dignidade a estas comemorações.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Deixou uma palavra de reconhecimento aos trabalhadores, aos autarcas e a todos os riomaiorenses, pela colaboração no “Rio Maior florido” e nas comemorações do 25 de Abril, salientando, quanto a estas, o facto de terem decorrido com grande dignidade, no exterior dos Paços do Concelho, sendo também um regresso às origens e com muitas pessoas presentes. Mais uma vez lamentou a ausência da grande maioria dos eleitos locais.-----

----- Quanto ao IC2 referiu que a legislação sobre esta matéria não está bem definida, no entanto, já no mandato anterior, reunira com o Diretor de Estradas do Distrito de Santarém e, conjuntamente com os Técnicos deslocaram-se ao local e verificaram que as escavações iam aumentando e se aproximava da estrada, o que poderia causar problemas, não sendo por isso uma novidade para as Estradas de Portugal, pois foram acompanhando todo o processo e inclusivamente foi levantado um auto de contraordenação ao empresário que explora a extração e a Câmara Municipal de Rio Maior, em dois mil e oito, também teve um procedimento semelhante. Referiu também que o mesmo empresário já iniciou a abertura de outro buraco do lado oposto a este e

mais uma vez a Câmara Municipal vai instaurar outro auto. Lamentou que as Infraestruturas de Portugal, com conhecimento da situação há muitos anos e alertados verbalmente e por escrito, nunca tomaram nenhuma posição, apesar de lhes competir salvaguardar a infraestrutura em causa, não querendo com isto dizer que a Câmara não continue a tentar a resolução deste assunto.-----

----- Sobre as duas passadeiras elevadas em Asseiceira referiu que tomara nota, mas fora a primeira vez que ouvira falar das mesmas.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se á proposta de Lei sobre a reposição das Freguesias que deu entrada na Assembleia da República e disse que, do que vira na Comunicação Social, da parte do Secretário de Estado das Autarquias Locais, percebera claramente que a intenção do Governo será avançar com esta alteração só no próximo círculo autárquico e opinou que não se pode cair no erro, que se caiu, a quando da reestruturação que foi feita, de avançar sem o envolvimento das populações e até, em muitos casos, sem o envolvimento dos autarcas de freguesia que não tiveram oportunidade, nem tempo para se manifestar, considerando que não se poderia cair nesse mesmo erro. Referiu também que, quando esta Câmara for questionada, iniciará todos os procedimentos e ouvirá a opinião dos autarcas de freguesia e da população em geral.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Voltou a usar da palavra referindo sobre a reposição das freguesias que o partido que sustentou a sua candidatura estabeleceu o compromisso de que, quando fosse Governo, iria rever esta matéria e estava confiante que o PS o iria fazer, mas gostaria que fosse feito no tempo devido, auscultando as populações envolvidas e em harmonia com os interesses das populações, bastando-lhe que esse compromisso seja assumido, devendo ser feito sem precipitações, não para o próximo ato eleitoral que se aproxima rapidamente, considerando a existência da pressão partidária, disputa e por vezes de processos menos claros de disputa de poder. Na sua opinião este processo devia avançar, de preferência, após as eleições autárquicas, esperando que o Governo, seja qual for, respeite a vontade das pessoas.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio, para se congratular com as comemorações do 25 de Abril, no exterior, apesar das pequeninas falhas existentes, o que é natural, tendo em conta a mudança do cenário. Disse ainda que o 25 de Abril é propriedade do povo e no próximo ano devia realizar-se no jardim, não só a sessão solene, mas todas as comemorações, envolvendo populares e crianças do concelho, para recordar um dia tão luminoso da História de Portugal, mas apesar das dificuldades e com as insuficiências,

congratulava-se pela forma como decorreram as comemorações.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre as comemorações do 25 de Abril valorizou a vinda dos quatro ranchos folclóricos do concelho, sempre acompanhados por muita gente e aditou que deviam ter pensado na imprevisibilidade das condições climatéricas, sendo estas, que também não permitiram que o “Rio Maior florido” tivesse terminado como inicialmente previsto.-

-----Deixou um agradecimento público e o seu reconhecimento pessoal, à Vereadora Ana Figueiredo e a toda a equipa que a acompanhou, bem como a todos aqueles que se envolveram direta ou indiretamente no projeto.-----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 25/2016 DE 22 DE ABRIL – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ANOS LETIVOS DE 2016/2017 E 2017/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho N.º 25/2016, de 22 de abril, através do qual foi aprovou a retificação às peças de procedimento e a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que a CIMLT, relativamente a estes processos vem mais uma vez corrigir erros e omissões, e disse que não iria voltar a discutir a importância ou não da escala, mas agrava-se cada vez mais e lamentou que os Presidentes de Câmara tenham que ratificar os erros e omissões dos processos e dos procedimentos. Indicou o sentido de voto como abstenção, como sempre fez.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **DESPACHO N.º 27/2016 DE 06 DE MAIO – FREGUESIA DE ALCOBERTAS – UTILIZAÇÃO DA VIA PÚBLICA – MARATONA BTT – PASSEIO BTT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 27/2016, de 06 de maio, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no qual foi autorizada a utilização da via pública, do percurso assinalado em mapa, no dia 08 de maio, pelas 09:00 h e fim pelas 14:00 h, condicionado aos pareceres acima referidos, para a realização da atividade desportiva denominada “Maratona BTT – Passeio B TT”.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 28/2016 DE 06 DE MAIO – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RIO MAIOR – UTILIZAÇÃO DA VIA PÚBLICA – PROVA DESPORTIVA – 9º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO INTERBOMBEIROS DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 27/2016, de 06 de maio, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no qual foi autorizada a utilização da via pública, do percurso assinalado em mapa, no dia 08 de maio, pelas 10:00 h e fim pelas 12:00 h, condicionado aos pareceres acima referidos, para a realização da prova desportiva denominada “9º Grande Prémio de Atletismo Inter Bombeiros de Rio Maior”.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes. -----

----- **PONTO II - ANULAÇÃO DE EXECUÇÕES FISCAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da informação nº 62/2016, de 20 de abril, proceder à anulação dos processos de execuções fiscais, dos consumidores constantes na listagem anexa à referida informação, não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros ou custas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocado a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO III – ARRENDAMENTO – BAR DA RODOVIÁRIA, SITO NA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM DE RIO MAIOR – CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a cessão da posição contratual do contrato de arrendamento do bar da rodoviária, sito na Estação Central de Camionagem de Rio Maior, celebrado em 23 de agosto de 2013 com Isabel Maria Coimbra Talhadas Machado Luís, a favor de Carina Alexandra Alves Verga, com efeitos a partir do dia 1 de agosto de 2016, devendo a mesma proceder á entrega dos documentos mencionados no parecer do Gabinete Jurídico e Contratação Pública, bem como prestar a caução equivalente a três meses de renda, no valor de 954,36 €.--

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IV – RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE EXPLORAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, EM ARRUDA DOS PISÕES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES – PROCESSO Nº 9926/2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é face à informação e pareceres emitidos, aprovar a renovação da licença de exploração em conformidade com o D.L. n.º 267/2002, de 26/11, na sua atual redação, deve a requerente solicitar a vistoria ao abrigo do disposto no artigo 12º do citado diploma.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO V - CERTIFICAR ÁREA DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO DE PRÉDIO SITO EM ANDESINHA OU CONDEZINHA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ENOPORT – PRODUÇÃO DE BEBIDAS, S.A.- PROCESSO Nº 279/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é face à informação e parecer emitidos, que do prédio rústico, sito em Andesinha ou Condezinha, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 104º da secção AT (Parte), foi cedido para o domínio público a área de 5.387 m2.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI - CERTIFICAR ÁREA DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO DE PRÉDIO SITO EM VALE MARINHAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES, EM NOME DE AVELINO MARQUES DOS SANTOS – PROCESSO Nº 63/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitidos, certificar que a estrada que atravessa o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 36 da secção B, sito em Vale Marinhas, na União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, no Concelho de Rio Maior, é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63 da Lei 2110/61 de 19 de Agosto.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – VISTORIA DE SALUBRIDADE, NA RUA NOVA DO GATO PRETO, Nº 19,**

**FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MARIA DEOLINDA MATOS LOPES TRINCADEIRO –
PROCESSO Nº 1/2016 -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações proferidas, notificar a proprietária do prédio sito em Rua Nova do Gato Preto nº 19, em Rio Maior, para no prazo de 180 dias proceder à realização das obras nas partes estruturais do rés-do-chão, conforme auto de vistoria de 19 de Abril de 2016. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- PONTO VIII - VISTORIA DE REABILITAÇÃO URBANA, NA RUA 5 DE OUTUBRO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE FERNANDO FILIPE LINDO – PROCESSO Nº 1/2016 --

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face as informações emitidas, determinar o nível 2 - estado conservação Mau, para o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 7910/20070305 e inscrito na matriz urbana sob o nº 10897 da freguesia de Rio Maior, sito em Rua 5 de Outubro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. – -----

PONTO IX – COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA – ANO 2015 – PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CIMLT E O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência anual de 2.301,32 €, para a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no âmbito do protocolo celebrado entre as partes, para os trabalhos de coordenação de segurança em obra realizados durante o ano de 2015.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PONTO X - MINUTA DE CONTRATO DE DOAÇÃO – LUSICAL – DONATIVOS EM ESPÉCIE --

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é em face da informação em apreço e nos termos da alínea j) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aceitar os donativos em espécie da Empresa Lusical – Companhia Lusitana de Cal, S.A. e aprovar a minuta de contrato de doação.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- PONTO XI - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES – CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, a Câmara avocando a competência prevista na alínea gg) do nº 1 do art. 33º do Anexo I, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, nos termos da informação emitida, autorizar a abertura de procedimento de concurso público para aquisição de serviços para a realização de transportes escolares - circuitos especiais escolares – para ao ano letivo 2016/2017, e aprovar as respectivas peças de procedimento e ainda autorizar, nos termos do nº 2 do art. 69º do CCP, que sejam delegadas no júri de procedimento, as competências propostas na mesma documentação.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Sobre esta matéria informou que nestes procedimentos se verifica uma novidade, nomeadamente a menção, num dos parágrafos, de que alguns dos circuitos poderão não se realizar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “A CDU absteve-se em coerência com o princípio de que há outras formas de fazer a gestão dos transportes escolares.”-----

----- PONTO XII - COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA – PROLONGAMENTO DE HORÁRIO – ANO LETIVO 2016/2017 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº13/SUASE/2016 e documentos anexos, aprovar a comparticipação familiar proposta na tabela constante do anexo III para o ano letivo 2016/2017. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Quanto a este ponto referiu tratar-se de um procedimento habitual que decorre do aumento da retribuição mínima mensal garantida e que, no caso do município de Rio

Maior, este opta sempre por fazer a atualização pelo mínimo e não pelo máximo como é de lei.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO XIII - PLANO DE PORMENOR DAS MARINHAS DO SAL – TERMOS DE REFERÊNCIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os termos de referência referentes ao Plano de Pormenor em epígrafe, bem como a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda das Marinhas do Sal nos termos do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, que procede à revisão Jurídica dos Instrumentos de Gestão Territorial, assim como a execução dos procedimentos constantes na informação supra citada. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que a proposta apresentada era para a elaboração do Plano de Pormenor e de Salvaguarda das Marinhas e a única referência sobre “salvaguarda” está na página 11 – 4º parágrafo. -----

----- Questionou a que empresa fora adjudicado o estudo, pois não se verifica uma única referência sobre a mesma e o documento apresentado é da Câmara Municipal, questionando quem era o arquiteto responsável. Aditou que, nessa perspetiva, consideravam da maior importância esta preocupação da salvaguarda e requalificação e de se conseguir ter as Marinhas do Sal com as melhores condições, desde a ciclovía, desvio de trânsito, parques de estacionamento e casa de banho e disse que se perdeu muito tempo, apesar de ser sempre tempo para requalificar. Disse também que os pedidos de esclarecimento feitos eram no intuito de orientar o seu sentido de voto.-----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA DO ROSÁRIO BENTO FLORES** -----

----- No uso da palavra referiu que a proposta apresentada era de um grande rigor técnico e onde estão contempladas todas as possíveis reestruturações que a médio e longo prazo poderão ser feitas naquele que é o ex-libris de Rio Maior, as Salinas de Sal Natural sem mar, mas a sua grande preocupação prendia-se com o impacto ambiental e visual que estas reestruturações de fundo poderão ter num local tão aprazível como são as Marinhas do Sal. Compreendia a necessidade de muitas transformações, nomeadamente ao nível do estacionamento e das infraestruturas que ainda não estão a ser feitas, no entanto as preocupações permanentes, prendem-se com a alteração do ecossistema e da paisagem natural das Marinhas de Sal e porque estes benefícios poderão trazer outras questões indicou o sentido de voto como

abstenção.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Opinou tratar-se de um documento de ordenamento do território e salientou que o grande objetivo é regulamentar, normalizar e estabelecer regras para as Salinas e para a zona envolvente, salvaguardando e disciplinando aquilo que alguns dos proprietários vão fazendo, sem terem um instrumento de ordenamento para aquele território.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que quando se põem em causa as Salinas e o seu ecossistema, não pode ser esquecido que um Plano de Pormenor ao ser elaborado respeita uma série de regras que estão perfeitamente definidas na Lei, tanto mais que as Salinas e todo aquele vale são áreas que estão integradas dentro do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, havendo também uma área de proteção às Salinas por parte do IGESPAR. Também a CCDRLVT terá de se pronunciar, pois aquela área engloba questões de RAN e de REN.-----

----- Também esclareceu que os termos de referência não tem absolutamente nada a ver com o andamento do processo, porque nos termos da Lei, após a aprovação dos mesmos, estes serão comunicados às diversas entidades para se pronunciarem, salientando que tudo aquilo que é apresentado nos termos de referência, está devidamente salvaguardado o ex-libris que são as Salinas, tanto mais que o objetivo de um Plano de Pormenor é melhorar e regular tudo aquilo que está atualmente no local. Disse também que, todos estavam perfeitamente conscientes do que acontece nas antigas casas do sal com toda aquela miscelânea de artigos ali existentes, dado que naquele local se vende de tudo um pouco.-----

----- Referiu ainda que o Plano de Pormenor vai tentar definir algumas situações e o Plano de Salvaguarda, como o nome indica, é um outro documento distinto que vai regulamentar tudo aquilo que se irá fazer, nomeadamente, novas construções, na zona das casas do sal, com regras bem definidas, quer para o tipo de comércio a realizar quer na definição de outras situações. -----

----- Aditou que, considerando as reuniões havidas entre a Senhora Presidente, o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e o Ministério do Ambiente, tudo está encaminhado para que este Plano de Pormenor possa vir a ser implementado, o que irá melhorar substancialmente as condições daqueles que lá colaboram e daqueles que visitam o local, pois apesar das condições precárias existentes ao nível das casas de banho e falta de estacionamento, entre outras situações, verifica-se o aumento do número de pessoas que passam pelo Posto de Turismo e pelas Salinas, salientando que os números oficiais e que são presentes para conhecimento da Câmara, são os

que passam pelo Posto de Turismo, não esquecendo todos aqueles que visitam o local, mas não se deslocam ao Posto de Turismo. Opinou ainda que as Salinas têm de ser salvaguardadas e um Plano de Pormenor e de Salvaguarda é fundamental para tentar regularizar, melhorar e ordenar toda aquela zona. -----

----- Informou que a empresa DWN, Lda., que ganhou o concurso, tem sede em Coimbra e informou que a partir do momento que qualquer empresa elabora um projeto, o documento passa a ser da Câmara Municipal de Rio Maior, razão pela qual os termos de referência, que são a transcrição do que a empresa propôs depois da análise dos Chefes de Unidade, passa a fazer de “Lei” para aquela área, após aprovação.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por dizer que espera que desta vez chegue a bom porto o tão desejado Plano de Pormenor das Salinas, pois trata-se de uma necessidade urgente, sendo um espaço já tutelado por uma série de entidades, e, como espaço natural, classificado, independentemente dos aspetos de planeamento, e de evolução futura, há os aspetos de salvaguarda daquele património que felizmente está em Rio Maior e que é um orgulho para todos. Verifica-se também a necessidade de harmonizar e compatibilizar uma série de interesses, nomeadamente os ambientais, os de quem lá vive, daqueles que têm algumas atividades relacionadas com a existência daquele ex-libris e ainda os interesses gerais de Rio Maior, no que concerne às atividades relacionadas com o Turismo e que no seu entender tudo se poderá resolver se houver uma atenção muito grande da Câmara dado toda a pressão que existe no interior do “núcleo”, sugerindo que, se por ventura, a área de intervenção fosse um pouco mais alargada, a pressão que existe no interior, diluía-se para a periferia e apareceria nesta, outros espaços de oportunidades, pois cada vez existe mais pressão de regular o interior e se houvesse alternativas na periferia, facilitaria todo o processo.-----

----- Opinou que o documento estava muito bem elaborado e espera que haja um acompanhamento minucioso deste processo e que haja também a humildade de perceber, se, por ventura, este tipo de conflitos de que falara, da necessidade de alargar o perímetro, haja da parte da equipa que trabalha no terreno, essa disponibilidade para que se encontre a melhor solução, num processo de boa-fé e de acreditar nos serviços técnicos e na disponibilidade da Câmara para perceber e resolver as questões que surjam.-----

----- Terminou a intervenção referindo que iria votar favoravelmente este assunto no pressuposto que vão continuar a ser informados de todos os procedimentos e para si, o único constrangimento que poderá surgir, será a necessidade de ampliar o perímetro, pois se saísse um pouco daquela área tutelada pelo PNSAC, criando um

espaço de oportunidades contíguo, todo o processo seria simplificado.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que não lhe fora explicado se o assunto era o Plano de Pormenor e de Salvaguarda das Marinhas do Sal ou apenas o Plano de Pormenor. Não fizera juízo de valor sobre o mesmo, porque este cumpre os regulamentos e tem os conteúdos muito bem definidos e no parecer que foi feito pelos serviços da Câmara relativamente ao plano de discussão, a única dúvida que tinha era se o período de participação de vinte dias para a formulação de sugestões, poderia ser alargado.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu mais uma vez que os termos de referência são globais para o Plano de Pormenor e de Salvaguarda e este documento é específico e faz o enquadramento de toda a zona das Salinas e zona envolvente, bem como do número de habitantes, as áreas afetas à RAN e REN, sendo este um primeiro documento, relativamente ao qual, durante vinte dias, poderão ser apresentadas sugestões, as quais não irão alterar os termos de referência, os quais são obrigatórios. Posteriormente, quando se avançar para a segunda e terceira fase do Plano de Pormenor e quando for a fase da regulamentação, aí sim, aparecerá claramente a “salvaguarda”. Dois documentos que fazem parte de um todo, mas com etapas distintas.-----

----- Concluiu a intervenção referindo que o objetivo da Câmara Municipal é, dentro dos prazos previstos, nos termos da legislação em vigor, conseguir o mais rapidamente possível, que o processo fique encerrado, pois um Plano de Pormenor, mesmo depois de aprovado continua a ser um plano de intenções, pois ainda falta algo muito importante, ou seja, as verbas necessárias.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre o período de discussão pública disse que todo o processo terá a maior divulgação possível para que se possam salvaguardar todas as opiniões emitidas e também serão feitas apresentações públicas de todo o processo, dado a sensibilidade daquela área de intervenção.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Ainda sobre o Plano de Pormenor das Marinhas tem de ser, até por imperativo legal, um Plano de Salvaguarda, porque um espaço significativo daquela área é tutelado pelo Ministério do Ambiente, e aquele núcleo central está devidamente controlado pelas diversas entidades já citadas e, na sua opinião, irá haver muita luta, daí considerar que devia haver um espaço de expansão de oportunidades.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que estava de acordo com o Plano de Pormenor para as Marinhas e opinou que o Plano de Salvaguarda é um outro documento, do ponto de vista legal, e

legal e naquela zona vão verificar-se as duas situações, havendo uma diferença, podendo até ser uma questão de pormenor, mas é também uma questão de organização das ideias, pois trata-se de uma proposta para elaboração de um Plano de Pormenor que contém também um Plano de Salvaguarda.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que a designação deste ponto era o Plano de Pormenor das Marinhas do Sal – Termos de Referência e voltou a ler a proposta de deliberação.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Terminou este assunto solicitando á Senhora Presidente para que lhes fossem enviadas as propostas das deliberações, a partir desta data e disse estar de acordo com a proposta de deliberação, mas não estava de acordo com os documentos que lhe foram apresentados.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que a área do Plano de Pormenor foi definida minuciosamente, tendo em conta as áreas das propriedades e de acordo com o cadastro, envolvendo cerca de cinquenta hectares. Espera que o Município de Rio Maior tenha capacidade para resolver todo o processo dado a área abrangida, no entanto numa segunda fase poder-se-á pensar em criar um outro Plano de Pormenor para ampliar este.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre o envio das propostas de deliberação aos Vereadores concordou com a sugestão feita pelo Vereador Augusto Figueiredo, pois evitava-se alguma discussão sobre as matérias, dado que, na sua opinião, uma coisa era o documento técnico apresentado e outra o que a Câmara pretende fazer com o mesmo, que neste caso é o que está consignado na proposta apresentada pela Senhora Presidente.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com duas abstenções dos Vereadores Célia Maria do Rosário Bento Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que transcreve na íntegra:-----

-----“Votei favoravelmente esta proposta porque baseado na excelência do documento técnico que me é apresentado acredito que um acompanhamento eficaz dos técnicos e da Câmara Municipal de Rio Maior pode levar a um bom documento e a uma boa proposta de ordenamento para aquela área.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que transcreve na íntegra:-----

-----“Votei favoravelmente porque um assunto que é debatido há décadas, e finalmente quando aparece uma proposta concreta, com os enquadramentos previstos

na Lei, que prevê a curto prazo, a conclusão do processo, como é que há pessoas que jogam na abstenção depois de defenderem que é o ex-libris de Rio Maior.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que transcreve na íntegra:-----

-----“ Eu abstive-me por uma questão de coerência porque parecendo que alguns desconhecem, a CDU foi contra entregar isto a uma empresa privada, sendo que no município estão instaladas capacidades suficientes para fazer este trabalho”.-----

----- Declaração de Voto da Senhora **Presidente da Câmara**, subscrita pelos **Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

-----“ A minha declaração de voto vai no sentido de que, estou completamente confortável com este trabalho que nos é apresentado e que hoje trago aqui a reunião de Câmara, no pressuposto de que, na negociação com as entidades que tutelam toda aquela área e que, se necessário for, a ampliação ou o alargamento desta área de intervenção, que essa será também defendida por nós. Em meu nome pessoal e em nome da Câmara Municipal de Rio Maior, terei todo o empenho, no acompanhamento de todo o processo e o facto deste processo ter sido entregue a um Gabinete exterior à Câmara, prende-se com a quantidade de trabalho que temos, de processos que decorrem nos serviços, o que é um bom sinal de que a economia e o imobiliário em Rio Maior está a mexer, e não havia condições dentro da Câmara, em termos temporais, de podermos avançar, tão breve quanto possível, com este processo do Plano de Pormenor de Salvaguarda das Marinhas do Sal.”-----

----- **PONTO XIV - CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, CULTURAL E JUVENIL 2015 – PROPOSTA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos das informações e pareceres emitidos, aprovar a proposta de valor a atribuir às Associações Desportivas, Culturais e Juvenis do concelho de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria referiu que, para além destes contratos-programa, a Câmara Municipal também apoia as associações já objetos de contratos-programa, com diversas impressões para divulgação de todas as suas atividades e que este ano são já cerca de oito mil, em A3 e a cores. A Câmara também cede os seus equipamentos de som, palco, bancas e outros equipamentos, quando solicitados, acrescentando ainda que algumas associações o solicitam várias vezes por ano. Também solicitam cedência de instalações e por vezes de transportes. -----

----- Quanto às associações culturais existe uma grande discrepância entre os valores atribuídos, mas que têm somente a ver com o que é apresentado por essas associações, pois há aquelas que se limitam a fazer a festa anual e assim sendo, é entendimento que não podem beneficiar do mesmo apoio que uma associação que tem um plano de atividades diversificado e de maior dimensão.-----

----- Relembrou também algo que por vezes é esquecido, que é o facto de existirem contrapartidas por parte das associações, nomeadamente as que são objeto de contrato-programa, devem participar duas por vezes por ano nas atividades do município.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Lamentou que esta atribuição peque por tardia, mas compreendia que não houve condições financeiras antes e num momento extremamente difícil para o movimento associativo, em que também a Câmara Municipal de Rio Maior se tem valido e bem, de toda a disponibilidade do mesmo, e este para se candidatar aos apoios, atempadamente tem de apresentar diversa documentação nos serviços da Câmara, nomeadamente o seu plano de atividades, estabelecendo compromissos de atividades a que a Câmara por vezes se associa e espera que se consiga atribuir estes apoios um pouco mais cedo.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Para além do apoio presencial que dão sempre às associações e coletividades do concelho, referiu que não houve condições para o fazer mais cedo, o que também lamentava e lembrou que acabaram de fazer os pagamentos às Juntas de Freguesia no mês de fevereiro.-----

----- Referiu também que vão sempre dando outro tipo de apoio ao movimento associativo, nomeadamente com cedência de equipamentos e do espaço público para diversas atividades e deu o exemplo das atividades dos escuteiros no Jardim Municipal, entre outras. -----

----- Salientou que o objetivo do Executivo era avançar com o apoio respeitante ao ano de dois mil e dezasseis, tão breve quanto possível. Lembrou a cedência das excelentes instalações ao longo de todo o ano, componente do contrato-programa com a DESMOR, aquele custo social que a Câmara assume para aquela poder ceder as instalações, assim como outros serviços que presta aos atletas dos vários clubes e das várias associações, sem encargos para as mesmas. Disse ainda que chegará a altura em que todos estes serviços serão devidamente contabilizados e essa informação será disponibilizada a todos os Senhores Vereadores.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que não gostaria que se passasse com o movimento associativo do

concelho de Rio Maior o que já aconteceu em concelhos vizinhos, haver associações com dificuldades financeiras porque a Câmara não lhes atribuiu um subsídio. Opinou que a Câmara dá aquilo que pode, quando pode e os contratos-programa são uma forma muito clara de estabelecer compromissos.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Agradeceu as palavras do Vereador Carlos Nazaré e recordou que, a Câmara tem apoiado pontualmente algumas atividades, nomeadamente do Moto Clube de Rio Maior, Escuteiros e a prova de ciclismo de S.João da Ribeira, recordando os valores inerentes à cedência de instalações, em benefício da atividade desportiva, no âmbito da formação, não só em termos desportivos, mas também enquanto seres humanos.--

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria relevou a importância de haver um centro de custos para serem contabilizados todos os apoios que a Autarquia dá a todos os que o solicitam e que não estão explícitos no documento, até por uma questão de transparência e de interiorização social que é necessário ter. -----

----- Referiu também que, se o Executivo ganha com o movimento associativo, este também ganha com o apoio da Câmara, ou seja um Poder Local comprometido com o desporto, com a cultura, com os jovens e com o laser não pode ter uma visão instrumental do movimento associativo, nem este pode ter uma visão subsídio-dependente da sua relação com autarquia, sugerindo que se faça com o movimento associativo, o mesmo que se vai fazer com as freguesias, pois há movimentos, nomeadamente o desportivo, cujo ritmo de despesa e custos não são iguais aos das atividades de outras associações, porque nas que têm maior impacto desportivo, o significado de receberem este apoio, um ano depois, significa também que a capacidade criativa e o esforço por parte das coletividades, na área do desporto, tem de ser muito grande. Salientou a responsabilidade mútua, assumida num contrato-programa. -----

----- Terminou a intervenção referindo que, para qualquer coletividade, é “sempre pouco”, mas corresponde a um compromisso de parte a parte. Indicou o sentido de voto como favorável, esperando que o próximo apoio possa ser atribuído em novembro, para preparação do ano seguinte. Opinou que um concelho como o de Rio Maior deve valorizar muito o movimento associativo, particularmente na área que é o ex-libris que tem levado Rio Maior ao mundo inteiro, ou seja o desporto, potenciando cada vez mais este movimento associativo desportivo sem detrimento de nenhum dos outros, mas este deve ser uma âncora.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Aditou que infelizmente no ano de dois mil e catorze também foi tardiamente

atribuído. Referiu que o movimento desportivo a maior despesa que tem coincide com o início de época. Disse também que o facto de serem feitas as transferências em duodécimos mensais, à semelhança das freguesias, isso terá de ser sempre articulado com eles. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- (Ausentaram-se da reunião as Vereadoras Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e Célia Maria do Rosário Bento Flores).-----

----- **PONTO XV - COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – NOMEAÇÃO DE COMISSÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a proposta apresentada e designar os seguintes elementos para constituição da Comissão de Trânsito:- Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Vereadora da Câmara Municipal de Rio Maior;- Arlindo Carvalho Lopes, antigo Comandante do Posto da GNR de Rio Maior;- Representante da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior; - Comandante do Posto da GNR de Rio Maior, 1º Sargento Paulo Jorge Lagarto Belchior;- Albino da Piedade Ferreira;- Carlos Ascenço, representante da Escola de Condução Riomaioense;- Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Rio Maior;- Presidente da Junta de Freguesia do local onde se pretende intervir;- Ricardo Nuno Bento Rosário, Chefe de Divisão de Obras Publicas, Equipamentos, Apoio às Freguesias e Património Cultural; - Victor Manuel Simões Martins, Assistente Operacional da Subunidade de Trânsito, Toponímia, Sinalética, Estacionamentos e Cemitérios; - Jorge Manuel Henriques Mateus, Assistente Técnico da Subunidade de Trânsito, Toponímia, Sinalética, Estacionamentos e Cemitérios.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Eu votei a favor por ser tão importante uma comissão deste tipo, mas sugiro que, também aqui, como nos outros, seja posto um prazo para a execução das coisas, isto é, não é admissível que uma parte significativa do nosso território não tenha regulamento de trânsito, não tenha o que é mínimo e tem a ver com o exigir, pressionar, propor para resolver isto.”-----

----- (Voltaram à reunião as Vereadoras Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e Célia Maria do Rosário Bento Flores).-----

----- **PONTO XVI - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CENTRO SOCIAL E CULTURAL - CASA DO POVO DA VILA DA MARMELEIRA – AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTO MUSICAL** -----

----- A Senhora Presidente referiu que a Casa do Povo da Vila da Marmeleira teve a sua banda filarmónica durante muito tempo, depois verificou-se um interregno e entretanto há cerca de dois anos retomou a atividade, congratulando-se com o trabalho que está a ser desenvolvido, nomeadamente na formação e preparação de alunos nesta área. Referiu também a existência de alguns instrumentos musicais fundamentais para a banda, estarem bastante degradados e cuja reparação era muito dispendiosa. -----

----- Seguidamente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos das informações e pareceres em emitidos, aprovar a atribuição de Apoio, nos termos da alínea u) do nº 1, do artº 33º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, ao Centro Social e Cultural – Casa do Povo da Vila da Marmeleira – Aquisição de Instrumento Musical.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Opinou que este era um pequeno sinal muito importante na relação entre o Poder Autárquico e o movimento associativo, que é, não só o reconhecimento explícito, mas o reconhecimento de que vale a pena continuar, pois esta coletividade passou por momentos muito difíceis e é justo a atribuição deste apoio.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e cinquenta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____